

MISSÃO INSTITUCIONAL

Prestar assistência de excelência e referência com responsabilidade social, formar recursos humanos e gerar conhecimentos, atuando decisivamente na transformação de realidades e no desenvolvimento pleno da cidadania.

EDITAL Nº 05/2006 DE PROCESSOS SELETIVOS

PS 48 – ADVOGADO

Nº de Inscrição

Nome do Candidato

Planejamento e Execução:



Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS

Proibida a reprodução, ainda que parcial, sem a prévia autorização da FAURGS e do HCPA.

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE

EDITAL Nº 05/2006 DE PROCESSOS SELETIVOS

GABARITO APÓS RECURSOS

PROCESSO SELETIVO 48

ADVOGADO

1.	A
2.	C
3.	E
4.	D
5.	B
6.	C
7.	A
8.	B
9.	ANULADA
10.	E

11.	E
12.	E
13.	A
14.	A
15.	E
16.	D
17.	D
18.	C
19.	A
20.	D

21.	C
22.	E
23.	A
24.	D
25.	B
26.	B
27.	C
28.	E
29.	C
30.	D

31.	A
32.	B
33.	A
34.	D
35.	D
36.	C
37.	A
38.	C
39.	C
40.	E

EDITAL Nº 05/2006 DE PROCESSOS SELETIVOS

PS 48 – ADVOGADO

INSTRUÇÕES

1. Verifique se este CADERNO DE PROVA corresponde ao Processo Seletivo para o qual você está inscrito. Caso não corresponda, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
2. Esta PROVA consta de 40 questões objetivas, valendo 0,2 ponto cada uma, e de uma redação, valendo 2,0 pontos.
3. Caso o CADERNO DE PROVA esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
4. Para cada questão objetiva existe apenas **uma** alternativa correta.
5. Preencha com cuidado a FOLHA DE RESPOSTAS e a FOLHA DE REDAÇÃO, evitando rasuras. Eventuais marcas feitas na FOLHA DE RESPOSTAS a partir da questão 41 serão desconsideradas.
6. Utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta para assinalar as respostas das questões objetivas na FOLHA DE RESPOSTAS e para transcrever a REDAÇÃO na FOLHA DE REDAÇÃO.
7. Durante a prova, não será permitido ao candidato qualquer espécie de consulta em livros, códigos, revistas, folhetos ou anotações, nem o uso de telefone celular, transmissor/receptor de mensagem e calculadora.
8. Ao terminar a prova, entregue a FOLHA DE RESPOSTAS e a FOLHA DE REDAÇÃO ao Fiscal da sala.
9. A duração da prova é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS das questões objetivas e à transcrição da redação na FOLHA DE REDAÇÃO. Ao final desse prazo, ambas as folhas serão **imediatamente** recolhidas.
10. O candidato somente poderá retirar-se do recinto da prova após transcorrida 1 (uma) hora do seu início.
11. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.

01. Assinale a afirmativa correta.

- (A) O concessionário de serviço público pode promover desapropriações e constituir servidões autorizadas pelo poder concedente, se previsto no edital e no contrato de concessão.
- (B) O concessionário não pode exercer poder de polícia, nem mesmo no que concerne aos bens vinculados à prestação do serviço.
- (C) O concessionário está impedido de fazer subconcessões.
- (D) As concessionárias, nos contratos de financiamento, não podem oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão.
- (E) As concessionárias de serviço público estão obrigadas a oferecer aos usuários, no mínimo, 8 (oito) datas opcionais para vencimento de seus débitos.

02. Considerando o Princípio da Legalidade, em uma concepção rígida, analise as seguintes afirmações.

- I - A administração não é mera executora da lei.
- II - Só se admite esse princípio em atos estritamente vinculados.
- III - Esse princípio predomina sobre os demais princípios em razão do interesse público.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

03. Quanto à anulação do ato administrativo, assinale a afirmativa correta.

- (A) Seus efeitos são *ex nunc*.
- (B) Seus efeitos são os mesmos da revogação.
- (C) Somente pode ser procedida pelo Poder Judiciário.
- (D) Nunca pode ser procedida pelo Poder Executivo.
- (E) Pode ser procedida tanto pelo Poder Executivo como pelo Poder Judiciário.

04. É correto afirmar, quanto à empresa pública, que

- (A) ela não sofre controle administrativo.
- (B) ela tem, a exemplo do que ocorre com as autarquias, imunidade tributária.
- (C) a investidura em seus cargos públicos de carreira depende de aprovação em concurso público.
- (D) as decisões dirigentes, embora de natureza privada, equiparam-se a atos de autoridade para efeito de ajuizamento de ação civil pública.
- (E) as prestadoras de serviço público dispõem de poderes regulatórios.

05. Sobre as fundações públicas, analise as afirmações abaixo.

- I - Cabe à lei ordinária definir as áreas de atuação.
- II - O Poder Público pode aplicar às fundações públicas de direito privado regras especiais, exorbitantes do Código Civil, desde que assim entenda conveniente.
- III - Os contratos celebrados pelas fundações públicas de direito privado não precisam ser precedidos de licitação.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

06. Sobre delegação de competência, pode-se afirmar que

- I - a decisão de atos de caráter normativo não pode ser delegada.
- II - é ato que, como regra, não precisa ser publicado em meio oficial.
- III - o ato de delegação é revogável a qualquer tempo, ainda que antes de findo o prazo de duração fixado previamente.

Quais afirmações estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

07. Analise as afirmações abaixo, concernentes ao Direito Tributário.

- I - Quando a Constituição não dispuser em contrário, a instituição, a modificação e a revogação de um tributo ocorre por lei ordinária.
- II - Em relação ao tributo denominado imposto, a Constituição Federal exige que seu fato gerador, sua base de cálculo e os contribuintes sejam definidos por lei complementar.
- III - O não-exercício da competência tributária constitucional por determinada pessoa política autoriza que outro ente político passe a executá-la.
- IV - A União pode instituir impostos não previstos na esfera de competência de qualquer dos entes políticos, cumulativos ou não e mediante lei ordinária.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Apenas III e IV.

08. Analise as afirmações abaixo, referentes a princípios que seguem o sistema tributário nacional.

- I - O Princípio da Anterioridade Anual exige que a lei que crie ou aumente um tributo só venha a incidir sobre fatos ocorridos no exercício subsequente ao de sua entrada em vigor.
- II - O Princípio da Igualdade Tributária não veda que haja distinção em razão da ocupação profissional do contribuinte.
- III - O Princípio da Progressividade permite que as alíquotas sejam graduadas de acordo com a capacidade econômica do contribuinte.
- IV - O Princípio da Não-Diferenciação Tributária não veda que os Estados-Membros, o Distrito Federal e os Municípios estabeleçam diferenças tributárias entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas II e IV.

09. Relativamente à competência para instituir impostos, analise as afirmações abaixo.

- I - A competência para a instituição da taxa de contribuição de melhoria é comum, pois é da pessoa política competente para a realização da atividade que caracterize o fato gerador do tributo.
- II - Mesmo na iminência ou no curso de guerra externa, a União só poderá instituir impostos extraordinários compreendidos na sua área de competência.
- III - É competência dos Municípios instituir impostos sobre propriedade territorial urbana e propriedade territorial rural.
- IV - No caso de guerra externa ou na sua iminência, a competência residual, para a instituição de impostos, é da União.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas II e IV.

10. Analise as afirmações abaixo, relativas à obrigação tributária.

- I - A existência da obrigação tributária acessória é sempre dependente da obrigação tributária principal.
- II - O fato gerador tanto da obrigação principal como da obrigação acessória é o mesmo, pois a situação é definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- III - O Contribuinte e/ou Responsável são sujeitos passivos da obrigação principal.
- IV - O pagamento efetuado por uma das pessoas solidariamente obrigadas, salvo disposição de lei em contrário, aproveita as demais.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Apenas III e IV.

11. Assinale a afirmativa correta em relação ao crédito tributário.

- (A) Quando o crédito tributário for devidamente constituído pelo lançamento, e esse regularmente notificado ao sujeito passivo, não poderá mais ser alterado.
- (B) O lançamento por declaração é aquele efetuado pelo sujeito passivo, com obrigação do pagamento antecipado.
- (C) As circunstâncias que excluem a exigibilidade do crédito tributário afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.
- (D) A exigibilidade do crédito tributário somente pode ser suspensa pela moratória e pelo depósito do montante integral do crédito.
- (E) A moratória pode ser concedida em caráter geral e em caráter individual e somente na forma e nas condições previstas na lei.

12. Assinale a afirmativa **INCORRETA** em relação às pessoas jurídicas.

- (A) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado continua, no novo Código Civil, dependendo da inscrição do ato constitutivo no respectivo registro.
- (B) A fundação privada é uma pessoa jurídica composta pela organização de um patrimônio, destacado pelo seu instituidor para uma finalidade específica.
- (C) As associações são constituídas pela união de pessoas que se organizam para fins não-econômicos.
- (D) As sociedades são organizações com fins lucrativos, podendo ser personificadas ou não-personificadas.
- (E) Na constituição das associações, o novo Código Civil não permite, em nenhuma hipótese, que haja previsão estatutária instituindo categorias de associados com vantagens especiais.

13. Em relação aos atos ilícitos, considere as seguintes afirmações.

- I - Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.
- II - Constitui ato ilícito a destruição da coisa alheia ou a lesão à pessoa, mesmo com o fim de remover perigo iminente e cujas circunstâncias exijam tal ato para a remoção do perigo.
- III - Não comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim, econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas II e III.

14. Acerca da validade dos negócios jurídicos, analise as seguintes afirmações.

- I - A nulidade absoluta é de ordem pública, pode ser argüida a qualquer tempo, por qualquer pessoa, e não se sujeita à prescrição, não podendo, ainda, o negócio ser convalidado ou ratificado.
- II - O negócio jurídico anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro, e pode se convalidar pela revogação da exigência legal.
- III - A nulidade relativa pode ser reclamada por qualquer pessoa, considerando a prescrição.
- IV - Se o negócio jurídico nulo contiver os requisitos de outro, não subsistirá este, mesmo quando o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido se houvessem previsto a nulidade.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Apenas III e IV.

15. Acerca da responsabilidade civil, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) A ausência do nexo de causalidade, a culpa exclusiva da vítima e a legítima defesa são excludentes da responsabilidade civil.
- (B) A obrigação de requerer o dano independe da culpa quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano, por sua natureza, for de risco para os direitos de terceiros.
- (C) A indenização é medida pela extensão do dano, porém, se houver excessiva desproporção entre o dano e a gravidade da culpa, poderá o juiz reduzir o seu valor.
- (D) O incapaz responderá diretamente pelos prejuízos que causar se os responsáveis não dispuserem de meios suficientes.
- (E) O caso fortuito ou a força maior não afastam, em nenhuma hipótese, a responsabilidade civil.

16. A respeito de Jurisdição e Competência, assinale a afirmativa correta.

- (A) No caso de incompetência do juízo, os atos decisórios praticados até a decretação da incompetência são anuláveis, podendo ser convalidados.
- (B) A competência é absoluta quando fixada em razão da matéria, do território e da pessoa.
- (C) A competência é fixada no momento da propositura da ação, podendo, no entanto, sempre ser alterada pela ocorrência de quaisquer modificações de fato ou de direito ocorridas posteriormente, inclusive pela mudança do domicílio das partes.
- (D) A incompetência absoluta pode ser argüida no desenrolar do processo, em qualquer tempo e grau de jurisdição.
- (E) Não pode o Ministério Público suscitar conflito de competência, uma vez que não é parte da relação processual.

17. Analise as afirmações abaixo, relativas à intervenção de terceiros no Processo Civil.

- I - A intervenção de terceiros por meio de oposição, mesmo se oferecida após iniciada a audiência, deverá ser apensada aos autos principais, correndo simultaneamente à ação.
- II - O réu, na condição de fiador, ou se for um dos devedores, poderá chamar terceiros ao processo.
- III - A nomeação à autoria ocorre quando proposta a demanda judicial e o réu alegar que não possui a coisa em nome próprio, indicando o proprietário ou o possuidor contra quem deveria se dirigir a ação.
- IV - Em nenhuma situação, a denunciação da lide é obrigatória, cabendo ao autor ou ao réu, em qualquer hipótese, decidirem sobre a conveniência de fazê-lo.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas III e IV.

18. Analise as afirmações abaixo, concernentes aos recursos no Processo Civil.

- I - Não caberá embargos infringentes em decisão (acórdão) proferida em recurso de apelação cível que mantém a sentença de mérito de primeiro grau por maioria de votos.
- II - O recurso cabível em decisão de Turma Recursal, proferida em recurso de apelação cível que modifica a sentença de mérito de primeiro grau por maioria de votos, é denominado embargos de divergência.
- III - Os recursos especial e extraordinário possuem efeito devolutivo e suspensivo.
- IV - Não é possível a interposição de recurso especial para exame de prova não apresentada pela parte na instrução da ação ordinária.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas III e IV.

19. No que concerne ao processo de execução no Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) A sentença condenatória proferida em juízo cível e a sentença homologatória de transação são títulos judiciais.
- (B) O Ministério Público, em nenhuma hipótese, tem legitimidade para promover a execução forçada.
- (C) O novo devedor, mesmo que, com o consentimento do credor, tenha assumido a obrigação resultante do título executado, não poderá ser sujeito passivo no processo de execução.
- (D) O instrumento de transação extrajudicial, desde que referendado pelo Ministério Público, ou pela Defensoria Pública, é considerado Título Executivo Judicial.
- (E) O Ministério Público só tem legitimidade para promover a execução forçada em Mandado de Segurança.

20. Na condição de garantia constitucional, o *habeas corpus* tem o poder de evitar ou fazer cessar violência ou coação quanto à liberdade de locomoção do cidadão em face de ocorrência de ilegalidade ou abuso de poder.

Uma coação somente **NÃO** é considerada ilegal na hipótese em que

- (A) inexistir justa causa para a instauração de processo penal.
- (B) houver manifesta nulidade absoluta do feito criminal.
- (C) estiver extinta a punibilidade por qualquer causa.
- (D) consistir em conduta destinada a impedir suicídio.
- (E) for ordenada por autoridade incompetente.

21. De acordo com a legislação reguladora dos Juizados Especiais Criminais, a lavratura do Termo Circunstanciado é atribuição conferida ao seguinte ente público:

- (A) Juiz de Direito com jurisdição sobre o Juizado Especial Criminal.
- (B) Órgão do Ministério Público com atuação no Juizado Especial Criminal.
- (C) Autoridade Policial que tomar conhecimento da ocorrência.
- (D) Escrivão Judicial titular do respectivo cartório.
- (E) Agente de Polícia Civil ou Militar em efetivo serviço policial.

22. Proclamado como garantia constitucional, o ofendido ou seu representante legal poderão ajuizar ação penal privada nos crimes de ação pública sempre que esta não for intentada no prazo legal. Apesar de proposta pela vítima em razão da inércia acusatória, o Ministério Público mantém legitimidade para o exercício de múltiplas funções processuais penais na ação penal privada subsidiária da pública, **EXCETO** se

- (A) repudiar a queixa proposta, oferecendo denúncia substitutiva como titular da ação pública.
- (B) aditar a queixa oferecida pelo querelante, aperfeiçoando-a tecnicamente.
- (C) fornecer os elementos probatórios julgados relevantes à decisão da causa.
- (D) interpor recursos perante decisões judiciais prejudiciais à acusatoriedade.
- (E) retomar a ação como parte principal, ainda que haja total diligência da parte proponente.

23. Perante suspeitas, incertezas ou dúvidas acerca da integridade mental do acusado durante a fase do inquérito policial, o juiz competente poderá instaurar incidente de insanidade mental, ordenando a submissão do paciente a exame médico-legal, desde que, especificamente, exista

- (A) representação da autoridade policial.
- (B) requerimento do Ministério Público.
- (C) petição do advogado defensor.
- (D) requisição do curador especial.
- (E) iniciativa oficial do juiz competente.

24. Nos crimes afiançáveis de responsabilidade dos funcionários públicos da competência de juízes singulares, estando em ordem a denúncia ou a queixa ajuizada, o magistrado ordenará a notificação do acusado para oferecimento de resposta escrita no prazo de

- (A) três dias.
- (B) cinco dias.
- (C) oito dias.
- (D) quinze dias.
- (E) trinta dias.

25. A teor do Código de Processo Penal Brasileiro, o interrogatório policial de um acusado surdo-mudo que responde pela prática de crime hediondo deve ser feito mediante a

- (A) atuação de pessoa habilitada a entendê-lo.
- (B) elaboração de perguntas e respostas por escrito.
- (C) assistência de intérprete compromissado.
- (D) intervenção de curador especial.
- (E) feitura de perguntas orais e respostas escritas.

26. O efetivo exercício dos direitos ao contraditório e à ampla defesa, constitucionalmente reconhecidos aos acusados em geral, exige exatidão do Ministério Público ao oferecer a denúncia inerente a qualquer ação penal pública, eis que peça imprescindível ao regular e válido desenvolvimento do processo penal a ser instaurado.

Esse direito fundamental do denunciado depende essencialmente

- (A) da correta identificação e qualificação pessoal do indiciado.
- (B) da exposição circunstanciada do fato criminoso.
- (C) da coerente classificação penal do crime denunciado.
- (D) do expresso pedido de condenação do agente denunciado.
- (E) do rol de testemunhas a serem inquiridas em juízo.

27. Obedecidos os requisitos legais, a propositura de suspensão condicional do processo pelo Ministério Público poderá ser judicialmente deferida por um período de prova compreendido entre

- (A) um e dois anos.
- (B) um e três anos.
- (C) dois e quatro anos.
- (D) dois e seis anos.
- (E) o tempo da pena máxima cominada ao respectivo crime.

28. Acometido por gravíssima moléstia pulmonar, um paciente foi internado no Hospital a fim de ser submetido a uma arriscada intervenção médico-cirúrgica. Designado para o procedimento, o notável cirurgião que o assistia reuniu os familiares do paciente, revelou-lhes a gravidade do quadro e deles obteve o consentimento para o procedimento médico. Apesar da enorme experiência técnica e da extremada diligência daquele especialista, a cirurgia não logrou êxito e o paciente foi a óbito. Inconformados com a morte, os familiares do paciente procuraram a Polícia Judiciária requerendo investigações sobre as circunstâncias do falecimento.

Cientificado do fato, o Advogado do Hospital prestou as informações requisitadas pela Polícia, baseando-as na ocorrência de excludência criminal por

- (A) *infelicitas facti*.
- (B) legítima defesa.
- (C) estado de necessidade.
- (D) estrito cumprimento do dever legal.
- (E) exercício regular de direito.

29. Durante o último semestre do estágio não-remunerado que exercia em um Hospital, um estagiário apropriou-se de um microcomputador portátil de propriedade da referida Instituição e o vendeu por R\$ 2.800,00 para um desconhecido. Na investigação administrativa procedida, ficou provado que o equipamento eletrônico encontrava-se há um ano em poder do estagiário, dada a necessidade de feitura de trabalhos domiciliares para o Hospital.

No parecer emitido, o Advogado do Hospital concluiu pela existência do crime de

- (A) desvio qualificado pelo abuso de confiança.
- (B) apropriação indébita.
- (C) peculato.
- (D) alienação fraudulenta de coisa alheia.
- (E) exercício arbitrário das próprias razões.

30. Dada a antiga inimizade e dominado pela vontade de ofender a integridade física da enfermeira que o chefiava, um funcionário discutiu com ela, ofendeu-a por meio de palavras e desferiu-lhe violentos golpes, jogando-a contra uma mesa repleta de equipamentos cirúrgicos do Hospital onde trabalhava, ferindo-a em múltiplas partes do corpo. Embora desconhecendo o estado gravídico da enfermeira (quatro meses de gestação), o agressor assustou-se com a quantidade de sangue expelido pela mulher, socorreu-a imediatamente, mas não pôde evitar o abortamento do produto da gravidez.

Consultado, o Advogado do Hospital entendeu que a conduta do funcionário caracterizara crime

- (A) doloso, com dolo pleno.
- (B) preterculposo.
- (C) culposo.
- (D) preterdoloso.
- (E) doloso, com dolo eventual.

31. Vitimizado por trote universitário produzido pelo *animus jocandi* de um acadêmico, um calouro de Medicina foi internado no Hospital para a extração de instrumento contundente que atingira a região de seu mamilo esquerdo sem nenhuma gravidade efetiva. Durante a intervenção cirúrgica realizada por uma médica, foi repentinamente interrompido o fornecimento de energia elétrica ao Hospital, em razão da explosão de gerador externo. Como o sistema de geração de força e luz do Hospital não tivesse funcionado, o paciente (o calouro de Medicina) foi mantido na mesa operatória por duas horas, onde sofreu parada cardíaca e faleceu. Certificando-se, pelo exame dos laudos periciais, de que a falta de energia elétrica constituíra-se na causa relativamente independente do óbito, o Advogado do Hospital informou que o acadêmico que aplicara o trote responderia pelo crime de

- (A) lesão corporal dolosa simples.
- (B) homicídio doloso simples.
- (C) lesão corporal culposa.
- (D) homicídio culposo.
- (E) lesão corporal seguida de morte.

32. Tratando a saúde de um paciente há mais de cinco anos a título particular, um médico submeteu-o a uma exitosa intervenção cirúrgica no Hospital. Apesar da pronta recuperação do paciente, o médico reteve-o desnecessariamente baixado naquele nosocômio com o fito de receber os honorários acumulados que ele lhe devia. Passados dezoito dias, uma denúncia chegou ao Diretor-Geral do Hospital, que deu alta ao paciente.

Em entrevista com o Advogado do Hospital, o Diretor ficou ciente de que o médico praticara o crime de

- (A) abuso de poder médico.
- (B) cárcere privado.
- (C) maus-tratos.
- (D) violência arbitrária.
- (E) constrangimento ilegal.

33. Com a saúde extremamente debilitada e portando anemia profunda em razão do estado carencial suportado, uma mulher desempregada foi internada no Hospital a fim de ser submetida a parto cesáreo. Em que pese a normalidade da operação cesariana, foi mantida no Hospital para recuperar integralmente suas condições físicas. Certa manhã, ao amamentar o recém-nascido, a desempregada desmaiou, caiu sobre o corpo do infante e matou-o por asfixia.

Depois de acurado estudo das peças periciais que comprovaram piamente o estado de inconsciência absoluta sofrido pela mulher, o Advogado do Hospital certificou-se da exclusão delitiva em face da ausência do seguinte elemento estrutural da teoria do crime:

- (A) conduta humana.
- (B) tipicidade.
- (C) antijuridicidade.
- (D) culpabilidade
- (E) punibilidade.

34. Desatinado, um homem retirou-se do Laboratório de Análise Clínicas desesperado com o resultado positivo do exame de AIDS (*Acquired Immunological Deficiency Syndrome*) a que fora submetido, ficando absolutamente consciente de que estava contaminado. Desprovido de qualquer parcela de *animus necandi* ou de *animus laedendi*, o homem assumiu a firme intenção de transmitir a síndrome da imunodeficiência adquirida à sua companheira que possuía recursos para custear o tratamento de ambos e, além disso, era enfermeira de um Hospital. Na moradia da mulher, o casal jantou, e o homem passou a provocá-la com carícias até que mantiveram relações sexuais por duas vezes. Descoberta a contaminação virótica do companheiro, a mulher aconselhou-se com o Advogado do Hospital onde trabalhava, o qual assim tipificou o crime cometido pelo homem:

- (A) tentativa de lesão corporal gravíssima.
- (B) perigo de contágio venéreo.
- (C) tentativa de homicídio doloso.
- (D) perigo de contágio de moléstia grave.
- (E) tentativa de lesão corporal grave seguida de morte.

35. No curso de acirrada disputa licitatória visando à compra de sofisticados equipamentos hospitalares destinados a um Hospital, apresentaram-se duas corporações multinacionais e uma empresa brasileira liderada por um empresário também brasileiro. Diante das dificuldades do sucesso na Concorrência Pública, o empresário brasileiro ampliou a publicidade dos seus produtos na imprensa, fez difundir panfletos inclusive no Hospital, e valeu-se de painéis e cartazes (*outdoors*) nas vias públicas, evocando, em todos esses veículos de comunicação, a vocação social de sua empresa, as qualidades e preços de seus produtos, a geração de novos empregos no Brasil e, principalmente, a necessidade patriótica de hegemonia da indústria brasileira em meio à luta nacionalista. A enorme repercussão da campanha fez com que três deputados usassem a tribuna da Câmara Federal para reivindicar "tratamento coerente à firma brasileira naquele certame". Revoltados, os titulares das empresas estrangeiras concorrentes assinaram manifesto, encaminhado à Administração Superior do Hospital, alegando que o empresário brasileiro estava praticando ilícito penal por perturbar e tentar fraudar aquele procedimento licitatório, nos termos do artigo 93 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Provocado, o Advogado do Hospital emitiu alentado parecer concluindo pela inexistência de crime licitatório nos fatos atribuídos ao empresário brasileiro, posto que situados "na esfera da liberdade de manifestação do pensamento" (*sic*) e que nenhuma influência lesiva haviam gerado aos integrantes da Comissão de Licitações, baseando seu arrazoado na fundamental garantia constitucional-penal que se constitui no pórtico do Sistema Criminal Brasileiro, qual seja o

- (A) Princípio da Culpabilidade Penal.
- (B) Princípio da Humanidade.
- (C) Princípio da Presunção de Inocência.
- (D) Princípio da Legalidade Penal.
- (E) Princípio da Intervenção Penal Mínima.

36. Considere as afirmações abaixo.

- I - Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Poder Constituinte Derivado Revisor manifestou-se uma única vez, por meio de seis Emendas de Revisão.
- II - Segundo a Constituição Federal vigente, ao Poder Constituinte Derivado Reformador não ficou estabelecida uma única manifestação e nem foram fixadas limitações materiais, submetendo-se esse Poder apenas a limitações circunstanciais.
- III- As manifestações do Poder Constituinte Derivado Reformador não estão submetidas ao controle difuso e concentrado de constitucionalidade pelo Poder Judiciário.
- IV - A norma introduzida na Constituição Federal por meio de manifestação do Poder Reformador tem a natureza de norma constitucional com a mesma posição hierárquica das normas originárias.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas II e IV.

37. Assinale a afirmativa **INCORRETA** relativamente à competência de legislar.

- (A) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena para atender a suas peculiaridades, não suspendendo a eficácia da lei estadual, em nenhuma hipótese, a superveniência de lei federal.
- (B) Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas de matérias cuja competência é privativa da União.
- (C) É competência privativa da União legislar sobre populações indígenas.
- (D) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre procedimentos em matéria processual.
- (E) Compete à União legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.

38. Em relação às normas constitucionais, assinale a afirmativa correta.

- (A) Considerando-se a Teoria da Recepção, uma lei anterior à Constituição continua válida somente se for ratificada pelo Poder Constituinte originário.
- (B) A Teoria da Recepção ensina que as leis anteriores à Constituição somente terão validade se forem reprotinadas.
- (C) São normas de eficácia contida aquelas em que o legislador constituinte regula suficientemente os interesses relativos à determinada matéria, mas deixa margem à atuação restritiva por parte do legislador infraconstitucional.
- (D) É de eficácia limitada a norma constitucional que não produz qualquer efeito antes da norma integrativa infraconstitucional.
- (E) As normas constitucionais que dispõem sobre os "remédios constitucionais" são normas constitucionais de eficácia limitada.

39. Em relação à ação declaratória de constitucionalidade, analise as afirmações abaixo.

- I - O Supremo Tribunal Federal tem competência originária, mas não exclusiva, para o julgamento da ação declaratória de constitucionalidade.
- II - A decisão de mérito proferida pelo Supremo Tribunal Federal nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei terá eficácia *erga omnes* e produzirá efeito vinculante aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.
- III - Leis ou atos normativos municipais não podem ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade.
- IV - A ação declaratória de constitucionalidade pode ser proposta pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados, pela Mesa da Assembléia Legislativa, pelo Governador do Estado, pelo Prefeito Municipal, pelo Procurador-Geral da República, pelo Conselho Federal da OAB, por partido político e por confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Apenas III e IV.

40. Assinale a afirmativa correta quanto ao Mandado de Segurança.

- (A) O Mandado de Segurança pode ser utilizado para amparar somente os direitos constitucionalmente assegurados.
- (B) O Mandado de Segurança coletivo não serve para tutelar direitos subjetivos individuais dos membros das instituições legitimadas, mas somente para a defesa de direitos difusos e coletivos.
- (C) O prazo de decadência para impetração do Mandado de Segurança é de 180 dias, após a ciência pelo interessado da ocorrência da lesão ou da ameaça de lesão.
- (D) A manifestação do Ministério Público não é necessária nos autos do Mandado de Segurança.
- (E) Admite-se que entidades sem personalidade jurídica, mas dotadas de capacidade processual, e entidades públicas possam impetrar Mandado de Segurança.

REDAÇÃO

O fato de a humanidade ter acrescentado 29 anos à sua expectativa de vida é a maior conquista do século XX e o grande desafio do século XXI. Em muitos países, persiste a mentalidade de que a população é predominantemente jovem. O sistema de saúde e a infra-estrutura urbana não levam em consideração o aumento acelerado de pessoas na terceira idade.

Para 2050, projeta-se que o número de idosos no mundo seja equivalente ao de jovens. É preciso que as sociedades se preparem para essa mudança, não somente no sentido de evitar que o sistema previdenciário dos países entre em colapso, mas também para garantir a participação ativa do idoso na sociedade. É preciso responder com medidas práticas, no transporte público, na arquitetura urbana, no sistema de saúde, etc. Para dar um exemplo, um hospital preparado para atender o idoso deve ter facilidade de acesso aos quartos, sinalização clara, uma sala de espera confortável e banheiros adequados, além, é claro, de profissionais bem treinados.

(Adaptado de entrevista com Alexandre Kalache. *Veja*, 06 de julho de 2005, p. 11-15)

Art. 3.º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

I – atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;

II – preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;

III – destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso;

IV – viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações;

V – priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuem ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência;

VI – capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos;

VII – estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento;

VIII – garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais.

(Lei N.º 10.741, de 1º de outubro de 2003)

Você deverá produzir uma redação sobre o seguinte tema: **ações que as autoridades e os cidadãos brasileiros podem realizar no sentido de concretizar os direitos previstos para os idosos.**

Para desenvolvê-la, procure reunir argumentos em torno do tema proposto, podendo utilizar-se, como subsídio, das informações acima oferecidas.

Observe que o texto a ser elaborado caracteriza-se como uma dissertação, isto é, deve apresentar argumentação consistente em favor de um ponto de vista claramente explicitado. Além do caráter argumentativo, estarão sob avaliação aspectos responsáveis pela coerência e pela coesão do texto, bem como a observância das regras de expressão da norma escrita do português brasileiro.

Sua redação deverá ter, no mínimo, 30 e, no máximo, 60 linhas. Utilize lápis apenas no rascunho; a versão final do texto deverá ser escrita a caneta, na folha própria para a redação, com letra legível, de tamanho regular.

R
A
S
C
U
N
H
O

R

A

S

C

U

N

H

O

R

A

S

C

U

N

H

O